

**RESOLUÇÃO Nº 12/2011**  
(Publicada no Diário Oficial de 04/05/2011)

Retificada pelas Resoluções nºs 22/11 e 29/13.

Ver Resolução 29/13, que revogou o art. 2º, passando o art. 3º e 4º a vigorar como art. 2º e 3º, mantidas as suas redações.

**Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à KORDSA BRASIL S/A.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM nº 1100110002899,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à KORDSA BRASIL S/A, CNPJ nº 13.573.332/0001-07 e IE nº 001.351.046NO, instalada no município de Camaçari, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de fios e tecidos de nylon e poliéster crus e dipados, com prazo de 15 (quinze) anos contado a partir de 1º de maio de 2011, até 01 de maio de 2026.

**Nota:** A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 29, de 03/09/13, DOE de 05/09/13, efeitos a partir de 05/09/13.

**Redação original, efeitos até 04/09/13:**

*"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de fios e tecidos de nylon e poliéster crus e dipados, com prazo contado a partir de 1º de maio de 2011, até 31 de dezembro de 2020."*

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Revogado.

**Nota :** O art. 2º foi revogado pela Resolução nº 29 de 03/09/13, DOE de 05/09/13, efeitos a partir de 05/09/13.

**Redação anterior dada ao art. 2º pela Resolução nº 22 de 30/08/11, DOE de 06/09/11, efeitos a partir de 06/09/11 até 04/09/13:**

*"Art. 2º O crédito presumido previsto no inciso I do art. 1º somente será aplicado às operações de saídas mensais de mercadorias que excederem ao valor de R\$ 12.224.747,46 (doze milhões, duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos), sendo que até este valor continuam vigorando os incentivos concedidos através da Resolução nº 07/2006, pelo prazo de vigência*

*originalmente previsto."*

**Redação original, efeitos até 05/09/11:**

*"Art. 2º O crédito presumido previsto no inciso I, do art. 1º somente será aplicado às operações de saídas mensais de mercadorias que excederem ao valor de R\$ 12.224.747,46 (doze milhões, duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos)."*

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 26 de abril de 2011.

**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**  
Presidente